

Os Terena e a escrita da história

Terena people and the writing of history

Lenir Gomes Ximenes¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.319>

Resumo: A proposta deste artigo é refletir sobre o lugar reservado para os povos indígenas (e mais particularmente para os Terena) na historiografia brasileira, de acordo com as influências de diferentes correntes históricas, a partir do século XIX. A escrita historiográfica é, por si só, um constructo histórico. Ou seja, os autores não estão isolados no tempo, e as perguntas que fazem ao passado têm origem nas suas vivências, nos seus meios sociais e nas situações históricas em que se encontram. Esse é o ponto de partida para entendermos como os indígenas foram/são retratados nas obras historiográficas. Este texto traz um enfoque específico sobre os indígenas da etnia Terena, que atualmente habitam diversas áreas no estado do Mato Grosso do Sul, duas no estado de São Paulo e uma em Mato Grosso. Estão também em vários bairros de cidades sul-mato-grossenses como Campo Grande, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

Palavras-chave: correntes históricas; história indígena; Terena.

Abstract: The goal of this article is to reflect on the place reserved for indigenous people (and more particularly for Terena people) in Brazilian historiography, according to the influences and different historical trends from the XIX century on. The historiographical writing is in itself a historical construct. In other words, the authors are not isolated in time, and the questions they ask to the past has their origin in their own experiencing, in their social environment and in the historical situations in which they are found. This is the starting point in order to understand how the indigenous people were/are treated in historiographic works. This text has a specific approach about the indigenous people from Terena ethnicity, which lives in many areas in the state of Mato Grosso do Sul, two areas in the state of São Paulo and one in the state of Mato Grosso. They are also in many neighborhoods of cities in Mato Grosso do Sul, such as Campo Grande, Aquidauana, Anastácio, Miranda, Sidrolândia and Dois Irmãos do Buriti.

Key words: historical trends; indigenous history; Terena.

¹ Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Sobre a autora:

Graduada em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente da UCDB e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB). E-mail: lenir_gximenes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A produção historiográfica é fruto do seu tempo, ou seja, está atrelada às concepções, ideias, representações da sociedade que a produz. Por outro lado, a historiografia também produz e difunde representações que são incorporadas pela sociedade.

Nesse sentido, a historiografia produzida sobre os indígenas no Brasil sofreu diversas mudanças. Para compreendê-las, é preciso entender as transformações paradigmáticas da escrita da História em âmbito mundial, bem como as situações que envolvem os indígenas em nível nacional.

Mas existe o *índio*, ou esse é um objeto construído pelos historiadores? Seria ele um sujeito da História ou somente espectador passivo, vítima de eventos e processos protagonizados por europeus e seus descendentes? Por que muitas vezes esse *índio* não aparece nos livros de História? Seria esse silêncio/esquecimento dos historiadores involuntário ou planejado?

Para buscar as respostas para esses questionamentos, é preciso entender a produção historiográfica como um *campo* perpassado por relações de poder, conforme conceito de Bourdieu (2000), *campo* esse afetado por outros, como o Estado nacional, por exemplo. Portanto o espaço reservado para os indígenas nas diferentes correntes historiográficas depende das relações de poder e dos anseios do grupo que escreve a História em dado momento.

2 OS ÍNDIOS NA HISTORIOGRAFIA

Antes de avançarmos é preciso problematizar o termo *índio*, entendendo-o como uma construção. O pesquisador Baniwa, Gersem dos Santos Luciano (2006), destaca que, quando os europeus chegaram à América e chamaram de *índios* os diversos povos que encontraram, não perceberam sua diversidade cultural e étnica ou a negligenciaram. O termo esconde uma multiplicidade de denominações e autodenominações: Kaiowá, Terena, Kaingang etc. Bourdieu ressalta que:

A ciência social lida com realidades já nomeadas e classificadas, portadoras de nomes próprios e de nomes comuns, de títulos, signos, siglas. Sob o risco de retornar por sua conta, sem o saber, atos de constituição cuja lógica e cuja necessidade ela ignora, a ciência social deve tomar como objeto as operações sociais de nomeação e os ritos de instituição através dos quais elas se realizam. (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Ao longo do processo de colonização da América espanhola e portuguesa, construiu-se uma suposta identidade para as populações nativas, que

mais tarde foi reproduzida pela historiografia e incorporada ao senso comum.

Nesse contexto, convém situar a profissionalização e a organização da história enquanto disciplina no século XIX. De acordo com Guimarães (2006), a partir de então, sobretudo para as sociedades ocidentais, o passado ganhou centralidade como objeto de conhecimento. Além disso, certos procedimentos e métodos passaram a ser exigidos para garantir a legitimidade do conhecimento produzido pelo historiador.

Esse processo de construção da disciplina *História* está relacionado com a constituição dos Estados nacionais modernos:

O tema da nação é prioritário na agenda política das sociedades do século XIX, e parece constituir a identidade central a marcar a partir daí, e numa certa medida ainda hoje, as sociedades modernas. Aqui, contudo, uma observação se faz necessária: a escrita da história, que se constitui, segundo a clássica formulação de François Furet, em biografia da nação, parece buscar a possibilidade de um encontro consigo mesma, vislumbrada sob nova forma (melhor seria talvez pensarmos num reencontro), à maneira de uma viagem em busca de um tempo inaugural, presente no passado sob outras formas, como momento original. A ida ao passado procura identificar o momento de um nascimento como que para atestar, pelo recurso de um tempo decorrido, a legitimidade das identidades forjadas no século XIX. (GUIMARÃES, 2006, p. 51).

Em outro texto, Guimarães (1988) evidencia que, no Brasil, a exemplo do que ocorreu na Europa, o discurso historiográfico estava ligado à tentativa de construção de uma identidade nacional. E, durante todo o século XIX, o espaço de produção desse saber era restrito às elites. Ou seja, a historiografia brasileira nesse período foi elaborada pelos detentores do poder político e econômico do jovem Estado.

Albuquerque Júnior (2007, p. 151) afirma, baseado em Foucault, que o passado é “desenhado na incessante batalha que os homens travam no presente, buscando dar a ele uma consistência, uma estabilidade, uma memória, que sirvam de suporte para projetos, estratégias, astúcias”. A historiografia do século XIX, ancorada no positivismo, correspondia aos projetos elitistas de encontrar uma identidade brasileira.

A pergunta principal era: o que o Brasil queria ser? E quem podia responder a essa pergunta eram as elites brancas que conduziram o processo de Independência (GUIMARÃES, 1988). Por isso, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a tarefa de pensar a história do país de forma sistematizada, fortalecendo a construção do Estado nacional.

[...] segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em tomo do IHGB. A fisionomia esboçada para a

Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. E de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro. (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Com intuito de difundir o material elaborado pelos intelectuais da monarquia, o IHGB publicou uma revista trimestral. A questão indígena era o tema de maior recorrência na publicação. De acordo com Guimarães (1988), isso expressa a necessidade de produzir e utilizar o conhecimento sobre esses grupos para delinear uma política indigenista capaz de integrá-los no projeto nacional, cujo padrão ideal era o do *homem branco*. O conjunto dos textos da revista operou com um par de categorias: *civilização* e *estado social* para definir o mundo dos *brancos*, e *natureza* e *barbárie* para definir e desqualificar o universo indígena.

Dentre os membros do IHGB, destacou-se Adolfo de Varnhagen. Conforme Reis (2006), era um historiador engajado, militante, empenhado em elogiar a colonização portuguesa e o sistema escravista, em consonância com as concepções políticas da década de 1850. Em relação aos indígenas, os descreveu como exóticos, nômades, violentos, bárbaros. Reis sintetiza o pensamento de Varnhagen sobre o papel indígena na sociedade brasileira:

Tais bárbaros e barbaridades ter-se-iam perpetuado neste abençoado solo, tal anarquia teria despovoado o território, se a providência divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e depravado estado! Essas gentes errantes desfrutavam, sem os benefícios da paz e da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil. Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Deverá até ser preservado como antimodelo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser. Aliás, os capítulos dedicados ao indígena na *História geral do Brasil* teriam essa função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado sua raiz. (REIS, 2006, p. 37).

Os intelectuais do Império não conceberam essa fase brasileira como uma ruptura com a colonização europeia, que, aliás, era vista de forma positiva. O Brasil foi idealizado por eles como continuador do modelo europeu, em um projeto de nação no qual não havia espaço para negros e indígenas. O fragmento a seguir da obra *História Geral do Brasil*, cuja primeira versão data dos anos 1954/1957, evidencia a visão elogiosa à colonização e pejorativa em relação aos povos originários:

Seguem as três capitâneas dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, que apesar de seu fecundo solo, e dos muitos rios que as retalham, e dos frequentes portos que oferecem ao comércio, havia progredido mui pouco,

como seguiu sucedendo até hoje. – Tão nociva lhes foi a influência da falta de uma colonização simultânea, que pudesse absorver os selvagens², em vez de se deixar por eles tragar. (VARNHAGEN, 2011, p. 123).

Ou seja, de acordo com Varnhagen, o suposto progresso de algumas regiões do Brasil estava correlacionado à colonização portuguesa. E, por outro lado, as áreas onde essa colonização não havia sido tão intensa, teriam sido “tragadas” pelos grupos indígenas e permanecido à margem desse progresso.

Nesse sentido, o poder manipula a memória, na tentativa de forjar uma identidade nacional e pessoal. “A ideologia manipula a identidade de forma dissimulada, opaca, distorcida, legitimando o poder atual, usando meios simbólicos para impor a integração/ dominação. A obediência é imposta pela ‘aculturação’” (REIS, 2010, p. 26). Este seria um dos abusos da memória, a *memória obrigada*, conforme Ricoeur (2007).

Após a Proclamação da República, a historiografia continuou sendo influenciada pelo positivismo. O próprio aparato político-administrativo republicano contava com significativo contingente de adeptos dessa corrente.

Lima (1987, p. 191) destaca que “a História ‘nacional’ construída dentro dos critérios de ‘cientificidade’ positivista situava os povos indígenas como origem e componentes da nação, pretendendo, mais que protegê-los – [...] incorporá-los sob a tutela e hegemonia dos ocidentais”. Ou seja, mesmo percebendo os povos nativos como portadores de uma origem brasileira, o lugar reservado para eles era somente o passado colonial.

Apesar das diferenças pontuais entre os positivistas da República e os escritores do Império, a mesma ideia de superioridade em relação aos povos indígenas animava a ambos. E, para os historiadores do início do século XX, os nativos da América eram grupos em um estágio inferior de desenvolvimento, que seriam integrados à sociedade nacional, por meio da *assimilação*³. *Essa era a lógica que norteava o indigenismo brasileiro.*

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização e Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), mais tarde somente SPI. As diretrizes positivistas previam a proteção para que aos poucos os indígenas se transformassem em trabalhadores submissos das propriedades rurais e se adaptassem à sociedade não indígena. O Estado e a Academia acreditavam que os grupos indígenas seriam fatalmente extintos por meio do contato com a sociedade en-

² A própria utilização, para se referir aos indígenas, de termos como *selvagem* e *silvícola* (atualmente em desuso na História e na Antropologia), evidencia a concepção eurocêntrica vigente na época em que Varnhagen escreveu.

³ Conceito utilizado para designar o processo de dissolução de identidades étnicas por meio do contato com a sociedade envolvente.

volvente. As identidades étnicas se apagariam na lógica do *embranquecimento*⁴ e o Estado estaria disposto a ajudar nessa transição.

Dessa forma, as teorias de *aculturação*⁵ e *assimilação* desenvolvidas pelos antropólogos legitimavam as ações indigenistas. Dialogando com Bourdieu, identificamos o poder simbólico exercido pelo discurso dos intelectuais:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2000, p. 14-15).

Já os historiadores, muitas vezes, contribuíram com seu silêncio. Em geral os indígenas só eram mencionados quando o recorte temporal era o período da colonização. E, ainda assim, as visões reproduzidas sobre eles versavam entre a *barbárie* e a *inocência*. Os livros de História, via de regra, reforçavam o estereótipo dos índios como *atrasados*, *selvagens*, portadores de todos os defeitos condenados pela cultura ocidental; ou relegavam ao indígena um papel romanceado, de pureza, vitimização e passividade diante das ações colonizadoras.

Para grande parte da sociedade brasileira, os povos indígenas permaneceram invisíveis. Essas construções historiográficas cristalizaram a imagem de um *índio colonial*, muitas vezes reproduzida nas salas de ensino básico e ainda presente no senso comum da maioria dos brasileiros. A imagem de um *índio genérico* era sempre preferida à imagem dos índios atuais, nem sempre correspondentes às representações construídas.

Somente alguns autores romperam esse silêncio historiográfico no início do século XX. Em 1933, Gilberto Freyre lançou *Casa Grande e Senzala*. Sobre essa obra, Araújo considera que:

[...] no mesmo movimento em que se afasta do racismo e admite a relevância de outras culturas, nosso autor teria criado uma imagem quase *idílica* da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa “democracia racial”. (ARAÚJO, 1994, p. 31).

⁴ O ideal do embranquecimento (físico e cultural) estava presente nos anseios das elites dirigentes do Brasil. O incentivo à miscigenação e a tentativa de apagar as diferenças culturais de diversos grupos são exemplos disso.

⁵ Conceito utilizado para designar as mudanças culturais de grupos étnicos, considerada um dos estágios da assimilação. Atualmente, historiadores e antropólogos têm abandonado os conceitos de aculturação e assimilação, uma vez que as mudanças culturais não implicam necessariamente na mudança da identidade étnica do grupo.

Apesar dessa crítica, praticamente unívoca entre os estudiosos de Freyre, é preciso mencionar que seu texto avança no sentido de superar em parte o “racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira”, ao reconhecer a contribuição de negros e indígenas (embora em menor grau) na formação cultural do Brasil (ARAÚJO, 1994, p. 30).

Esse racismo é superado *apenas em parte*, porque, em certas passagens, Freyre reforça as ideias correntes do seu tempo, de que os indígenas brasileiros estariam em um estágio cultural atrasado em relação a outros povos. O autor menciona que os colonizadores depararam-se, nesta parte da América, “com quase bandos de crianças grandes; uma cultura incipiente ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento, nem a resistência nem das grandes semicivilizações americanas” (FREYRE, 2003, p. 158).

O autor validou assim as concepções não só da História, mas também da Antropologia que tendiam a considerar como mais desenvolvidos os grupos Incas, Maias e Astecas, em detrimento dos demais ameríndios. O termo *semicivilização* também evidencia ideia de uma escala eurocêntrica. Assim, os diversos grupos eram classificados de acordo com as semelhanças ou diferenças que tinham em relação aos modelos sociais e políticos europeus, considerados como o padrão a ser atingido.

Sérgio Buarque de Holanda é outro autor clássico que percebe a participação indígena na história brasileira. Em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, publicado pela primeira vez em 1956, ele demonstra a importância das ações indígenas no processo de colonização portuguesa no interior do Brasil. Os bandeirantes e monçoeiros puderam adentrar os sertões graças aos saberes dos nativos: desde o conhecimento das rotas, das táticas de sobrevivência, dos medicamentos à base de ervas até as técnicas de navegação usadas pelos índios.

Essas são algumas das poucas obras de caráter historiográfico do início do século XX que abordaram os indígenas. As pesquisas e reflexões sobre os povos nativos nesse período em geral foram desenvolvidas por antropólogos.

Mudanças significativas e de amplo alcance ocorreram a partir do movimento dos *Annales*. A que mais nos interessa é a viragem antropológica, entendida conforme Burke (1991, p. 67), “como uma mudança [da História] em direção à antropologia cultural ou ‘simbólica’”.

A partir das décadas de 1970 e 1980, as relações entre História e Antropologia foram intensificadas, de modo que se podia pensar em uma “antropologia histórica” ou uma “etno-história” (BURGUIÈRE, 1978 apud BURKE, 1991). Essas contribuições chegaram ao Brasil possibilitando também um novo olhar historiográfico sobre os povos indígenas.

Entretanto Eremites de Oliveira chama a atenção para as contribuições da antropologia norte-americana, com destaque para o antropólogo Franz Boas:

Na etno-história inaugurada nos Estados Unidos, sob a influência do modelo *four fields*, a noção de documento, por exemplo, passou a ser ampliada e teve uma dimensão prática para além das fontes escritas oficiais. Interessante notar que isso se deu bem antes dos Annales, movimento iniciado em fins dos anos 1920, principalmente na França. [...] Portanto, em um contexto antropológico marcado pela influência do modelo boasiano implantado na antropologia estadunidense, os estudos etno-históricos passaram a ser feitos, sobretudo a partir da década de 1950, por meio do uso de técnicas, métodos e teorias de vários campos do conhecimento (STURTEVANT, 1968; TRIGGER, 1982). Destaque substancial foi dado aos aportes da antropologia, arqueologia e história, recorridos para fins de levantamento, análise e interpretação de fontes de natureza variada: arqueológica, etnográfica, imagética, linguística, oral, textual etc. A ideia era estudar a história e a cultura dos povos indígenas em uma perspectiva espaço-temporal que começaria desde tempos pré-coloniais e viria até a contemporaneidade. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 193).

Contudo, somente a partir da década de 1990, os indígenas passaram a ser abordados com mais frequência na historiografia brasileira. A interdisciplinaridade tornou-se um elemento decisivo na forma como as Ciências Humanas passaram a lidar com os coletivos indígenas. Historiadores e antropólogos, pressionados pelas mudanças teóricas em suas áreas, perceberam a ineficiência de suas abordagens para compreender os processos que envolviam os povos nativos.

O que cabe esperar do historiador - como também do antropólogo, de vez que ambos lidam igualmente com processo socioculturais que se desenvolvem no tempo - é algo muito mais radical e profundo: proceder como um criador, dar um sopro de vida sobre os bonecos de barro, marcá-los com um nome e atribuir-lhes uma alma, transformando fatos isolados e caóticos sem ações significativas em interpretações coerentes. Para isso, o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos). (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 106).

A História aliou-se à Antropologia para compreender os índios enquanto sujeitos históricos, para perceber suas ações, estratégias, táticas, resistências e negociações nas relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Nem somente vítimas, nem vilões, mas sujeitos ativos na história. Os pesquisadores voltaram aos arquivos, buscaram fontes escritas de séculos passados e décadas recentes, releeram os escritos de cronistas coloniais, analisaram vestígios arqueológicos, mas também passaram a ouvir os índios contemporâneos.

Monteiro (1999, p. 238) ressalta que os povos indígenas sofreram impacto fulminante do encontro, ou antes, “encontrão – com a expansão européia”. No entanto reduzir esse processo à simples caracterização dos índios como vítimas é incorrer em mais uma injustiça contra esses povos. Nesse contexto, o problema da resistência indígena tem sido estudado por um número cada vez maior de pesquisadores, em busca de uma *nova história indígena*.

No ano de 1992, por exemplo, foi lançado o livro *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha. A história indígena passou a figurar nos últimos Simpósios Nacionais de História, promovidos pela Associação Nacional de História (ANPUH), nos anos de 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011, como pontua Eremites de Oliveira (2012).

Ainda na década de 1990, foram lançados os livros: *Índios no Brasil* (organizado por Luís Donisete Benzi Grupioni, 1992), *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus* (organizado por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni, 1995), *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (de John Manuel Monteiro, 1994) e *Ensaio em antropologia histórica* (de João Pacheco de Oliveira Filho, 1999).

Todavia essas mudanças historiográficas não ocorrem de forma isolada na Academia, mas estão inseridas no contexto político, cultural, social e econômico em âmbito mundial e local. São as perguntas de hoje que impulsionam a busca pelo passado. O historiador:

Interpreta. Organiza. Reconstitui e completa as respostas. Faz o passado que ele tem necessidade. E não há nenhum escândalo nisso, nenhum atentado à suposta majestade da ciência. A Ciência não se faz numa torre de marfim. Faz-se a par e passo com a vida, e através de seres vivos que mergulham no século. (FÉBVRE, 1989, p. 26).

Nesse sentido, a recente atenção dada pelos historiadores aos indígenas decorre também das ações contemporâneas protagonizadas por eles. Em primeiro lugar, eles desmentiram as previsões escatológicas de indigenistas e de estudiosos das Ciências Humanas. Na primeira metade do século do século XX, o Estado e a Academia não acreditavam que a população indígena manteria a sua distintividade étnica, imbuídos que estavam do paradigma assimilacionista. Luciano (2006, p. 46-47) destaca que, no Brasil, há pelo menos 222 povos étnica e culturalmente diferenciados, que falam 180 línguas distintas e que “os povos indígenas ainda somam atualmente mais de 50 milhões de pessoas espalhadas por todos os países da América do Norte, da América Central e da América do Sul”.

Em segundo lugar, essas mudanças teóricas e metodológicas também ocorreram como um esforço de perceber a crescente mobilização dos indígenas nas últimas décadas do século XX.

[...] os índios em busca de seus direitos denunciaram os abusos, as explorações e violências que viveram ao longo dos séculos. Provocaram discussões políticas, e participaram das que os envolviam, solicitando legalmente ao Estado brasileiro a posse dos antigos territórios, tomados pelo desenvolvimento colonial e pós-colonial. Nas suas reivindicações, demonstraram que embora tivessem vivido mudanças culturais significativas, elas não resultaram necessariamente na perda de sua identidade étnica, mas na sua reelaboração, reafirmando-se como sujeitos plenos e conscientes de seus direitos. (VARGAS, 2011, p. 35)

Nesse sentido, Eremites de Oliveira (2012) menciona que as pesquisas que envolveram História e Antropologia, em um esforço interdisciplinar de pesquisar a temática indígena nos Estados Unidos, ocorreram em virtude das demandas por direitos territoriais reconhecidos pelo governo norte-americano na década de 1920.

Processo semelhante ocorreu no Brasil, nas décadas recentes. A Constituição de 1988 garantiu (ao menos teoricamente) o direito dos índios a suas terras tradicionais. Isso gerou uma demanda de laudos de reconhecimento de terras indígenas. Para a realização desse tipo de estudo, são utilizados métodos etno-históricos.

Em terceiro lugar está o ingresso dos indígenas nos cursos de graduação e de pós-graduação, principalmente a partir do ano 2000, possibilitado pela melhor aplicação de políticas afirmativas. Monteiro (1999) salienta que os professores e pesquisadores indígenas contribuem com essa nova historiografia, reforçando seu papel de sujeitos históricos. Cita o pesquisador indígena Gersem dos Santos Luciano, Baniwa, autor de vários livros, e ressalta que “reconstruir a história para construir o futuro” é algo que está na pauta do movimento indígena (MONTEIRO, 1999, p. 247). Ou seja, a (re)elaboração da história pelos próprios índios (lideranças, professores, estudantes etc.) também é uma estratégia política. Eles perceberam que o conhecimento acadêmico é um elemento de legitimação e exercício de poder na sociedade brasileira.

Apesar dos recentes avanços historiográficos, falta muito para romper com as visões estereotipadas associadas aos indígenas, na Academia, nas escolas e no senso comum. Isso porque essas visões se devem também ao *esquecimento manifesto*. Este é um conceito de Ricoeur explicado por Reis (2010, p. 42) como aquele “que é exercido pela memória manipulada. É um esquecimento estratégico, astucioso. [...]; na memória ideológica, a configuração narrativa seleciona datas, eventos, personagens e cria um esquecimento estratégico, que justifica poderes e posições de poder”.

Nesse sentido, a historiografia brasileira e os setores que se apropriaram de seus discursos, elegeram heróis nacionais como os bandeirantes, por

exemplo. Seus nomes estão em ruas e praças, e seus bustos foram erguidos como monumentos. Na perspectiva atual das pesquisas sobre história indígena, não se trata simplesmente de inverter os papéis e fazer uma história polarizada, em que os bandeirantes seriam os vilões e os índios os heróis. Mas, trata-se de repensar o papel desses personagens, de refletir sobre a escolha dos objetos de estudo na História e de repensar os indígenas como sujeitos históricos plenos.

3 OS TERENA NA HISTORIOGRAFIA

Apesar dos períodos de invisibilidade historiográfica, a temática indígena não é nova e remonta aos escritos coloniais, conforme salienta Monteiro (1999). É o caso das fontes escritas sobre os Terena, que em geral são crônicas de viajantes e documentos oficiais. Esses materiais têm sido recentemente revisitados pelos historiadores.

O primeiro desafio é quanto à identificação dos Terena nessa documentação. Monteiro (1994) ressaltou que os historiadores e cronistas, em geral, não mencionam a qual grupo étnico se referem. Em relação à documentação oficial e às crônicas coloniais, é preciso ter cautela mesmo quando os nomes das etnias ou grupos são mencionados. A designação dos índios não era uniforme e, conseqüentemente, não se pode inferir sempre os mesmos etnônimos para a atualidade. Em geral, nessas fontes mais antigas, os Terena estão inclusos no grupo Guaná.

No período imperial, também há uma considerável quantidade de fontes sobre os Terena, como as obras de Alfredo D' Escagnolle Taunay, militar que participou da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870). Os livros *Memórias* (cuja primeira edição foi publicada em 1908 – postumamente) e *A retirada da Laguna* (publicado pela primeira vez em 1871, em francês) foram muito utilizados por memorialistas após a criação do estado de Mato Grosso do Sul (1977). Nesse contexto, o objetivo era somente exaltar a bravura dos homens que lutaram no sul do então Mato Grosso.

Os autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) viram nas obras de Taunay uma possibilidade de construir uma identidade sul-mato-grossense, a partir da visão da elite que detinha o poder no recém-criado estado (SQUINELO, 2008). O IHGMS teve, portanto, função bastante similar ao IHGB no período imperial. Assim como no projeto de Estado-nação do século XIX, as elites sul-mato-grossenses rejeitavam uma identidade que incluísse os indígenas.

Todavia historiadores com outras abordagens têm feito uma releitura das obras de Taunay, para entender, por exemplo, a participação de grupos indígenas na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Exemplo disso é a dissertação de mestrado *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*, da historiadora Vera Lucia Ferreira Vargas (2003).

Contudo a busca desses documentos pelos pesquisadores da história indígena é mais recente e remete aos programas de pós-graduação e às demandas dos próprios Terena. Antes dessa nova abordagem, temos um percurso de outros estudiosos sobre a temática.

Os primeiros trabalhos de caráter acadêmico sobre esse grupo étnico foram desenvolvidos por antropólogos. Destacam-se Herbert Baldus (1937), Kalervo Oberg (1938, 1939) e Fernando Altenfelder Silva (1949) “que evidenciaram os conceitos desenvolvidos pela Antropologia da época, orientados pela compreensão de que a mudança cultural entre os índios significava perda de sua identidade étnica e os conduziria à extinção” (VARGAS, 2011, p. 33).

Na década de 1950, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira esteve com os Terena, e suas pesquisas resultaram na publicação da obra *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Apesar de ter utilizado os conceitos de *assimilação* e *aculturação*, largamente aceitos nas Ciências Sociais até a década de 1980, o autor deu sinais de não corroborar totalmente com essa visão. Roberto Cardoso, embora tenha descrito as mudanças culturais dos Terena, afirmou que eles não seriam *assimilados* futuramente pela sociedade regional, ou seja, manteriam sua distintividade étnica mesmo com os intensos contatos com os não índios.

As mudanças em relação ao estudo da história indígena em Mato Grosso do Sul também ocorreram de forma lenta. Conforme Eremites de Oliveira (2012, p. 182), o primeiro impulso significativo nessa direção foi dado “principalmente, pela influência de um arqueólogo (Pedro Ignacio Schmitz e sua equipe), de um antropólogo (Bartomeu Melià) e de um etno-historiador (Antonio Jacó Brand)”.

Algumas ações vieram a fortalecer as pesquisas sobre os povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Uma delas foi a criação, em 1995, do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande. A outra foi a implementação do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados, desmembrado em 2005, com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O programa já tinha a linha de pesquisa em História Indígena mantida até a atualidade.

O PPGH/UFGD também está inserido em um contexto regional bastante singular, pois, como dito antes, nos dias atuais Mato Grosso do Sul é um dos primeiros estados da federação em termos de densidade populacional indígena. [...] Esta realidade multiétnica tem chamado a atenção de universidades públicas e privadas, em especial no que se refere a sua inserção no cenário regional, do qual os indígenas fazem parte. (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 199).

Além disso, em Mato Grosso do Sul, as vivências e ações dos índios e do movimento indígena também suscitam vários trabalhos acadêmicos. Até o ano de 2011, foram defendidas 45 dissertações da linha de História Indígena no referido programa. A maior parte delas é sobre temas da chamada história do tempo presente, ou seja, do final do século XIX até os dias atuais. Dentre essas dissertações, cinco tratam especificamente dos Terena, e duas, dos Guaraní ou Ñandeva, Kaiowá e Terena juntos (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012).

Nesse contexto, é importante mencionar a dissertação de mestrado *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*, da pesquisadora Noemia dos Santos Pereira Moura (2001). O trabalho (realizado no âmbito do citado programa de pós-graduação) aborda a questão religiosa sob a perspectiva da nova história indígena. Ou seja, os Terena não são descritos como vítimas dos processos de imposição proselitista, mas como sujeitos atuantes nas transformações que resultaram do contato com novas denominações religiosas.

A mesma autora desenvolveu sua tese de doutorado intitulada *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipegue no século XX*, em 2009, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A partir da questão religiosa, Moura (2001, 2009) debate diversos aspectos da história terena, evidenciando que, elementos utilizados pelo Estado ou pelos não indígenas em geral como fatores para a aculturação dos Terena, surtiram efeito contrário. Ou seja, esses elementos (como o estabelecimento das Reservas pelo SPI e a introdução de denominações protestantes nas aldeias) foram, de alguma forma, apropriados pelo modo de ser desses indígenas.

Na mesma perspectiva de demonstrar o protagonismo terena ao longo de sua História, insere-se a já citada dissertação de Vargas (2003) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História (na época vinculado à UFMS) e a sua tese de doutorado *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*, de 2011, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ambos os trabalhos abordam a questão territorial, pautados pela compreensão das ações dos Terena enquanto sujeitos de sua história.

Na dissertação, Vargas (2003) discute a formação das Reservas Terena, no início do século XX, sob direcionamento do SPI e graças à atuação dos

próprios indígenas. Nesse sentido, a autora evidencia que a política indigenista caracterizava-se por ser uma “política das terras indígenas”, uma vez que a ação de reservar áreas para os grupos indígenas, também atendia aos interesses em liberar áreas para as propriedades particulares. Por outro lado, a autora demonstra o protagonismo, as reivindicações e as táticas ora de negociação, ora de resistência dos Terena, sem as quais possivelmente nem mesmo essas áreas teriam sido reservadas.

A constituição das Terras Indígenas de Cachoeirinha, Ipegue, Brejão, Buriti e Limão Verde, estudadas neste trabalho, evidenciam a participação efetiva dos Terena; essa participação, em alguns momentos, foi diplomática com o governo brasileiro e em outros, conflituosas com os fazendeiros locais. [...] Portanto, não tem como negar que os Terena são sujeitos históricos que, desde muitos séculos, vêm moldando e construindo a sua história, apropriando-se de mecanismos dos não índios, criando alternativas próprias, inserindo-se, cada vez mais, na sociedade envolvente, conquistando seu espaço junto aos não índios sem, no entanto, perderem sua identidade étnica. (VARGAS, 2003, p. 134).

Ainda no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, é importante citar a dissertação de Adilso de Campos Garcia: *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*, defendida em 2008. A pesquisa abordou a importância da mão de obra terena em cidades e fazendas do antigo Mato Grosso (na área que corresponde ao território terena e ao atual estado do Mato Grosso do Sul).

Em 2011, no mesmo programa de pós-graduação, foi defendida a dissertação *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*, de Lenir Gomes Ximenes. O foco da pesquisa foi a atuação terena nas reivindicações territoriais a partir do movimento de retomada na Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, MS. Em 2013, também no mesmo programa, foi defendida a dissertação *História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*. A pesquisa foi produzida pelo pesquisador Terena Éder Alcântara Oliveira.

Dessa forma, cabe ressaltar a importância dos trabalhos que foram produzidos pelos próprios indígenas e abordam as ações, estratégias e o protagonismo terena, evidenciando seu inegável papel de sujeitos históricos.

Demonstram através de suas pesquisas o que deve ser registrado, de acordo com a ciência dos não índios, elegendo suas prioridades a partir da história e da posse efetiva dos seus territórios, reivindicando seus direitos, reafirmando sua identidade e seus laços de pertencimento. Dessa forma, recuperam vivências, histórias, memórias, experiências junto à sociedade envolvente, estabelecem táticas, entre as quais se destaca o seu envolvimento com a escola e com a universidade, fortalecendo politicamente a aldeia, lugar que

possibilita suas ações na busca de seus direitos históricos. (VARGAS; CASTRO, 2013, p. 22).

Embora produzidas em programas de pós-graduação de outras áreas, há relevantes pesquisas relacionadas aos Terena (elaboradas por autores indígenas e não indígenas) e que dialogam com a História. Dentre elas está a dissertação *Pok'éxa Ūti, o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local*, dissertação defendida pelo pesquisador Terena Luiz Henrique Eloy Amado, em 2014, na UCDB.

Na historiografia sobre os Terena, é preciso citar ainda os trabalhos de pesquisadores ligados Centro de Trabalho Indigenista (CTI): Gilberto Azanha, Circe Bittencourt e Maria Elisa Ladeira. Um dos textos de Azanha intitula-se *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*, e foi publicado na *Revista Estudos e Pesquisas*, em 2005.

Circe Bittencourt e Maria Elisa Ladeira são autoras do livro *História do povo Terena*, publicado em 2000 pelo Ministério da Educação (MEC). O trabalho traz importantes contribuições, propondo inclusive uma linha do tempo terena, a partir das fontes recolhidas ao longo da pesquisa. A linha se divide em Tempos Antigos, que se estendem até o período da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870); Tempos de Servidão, do final da guerra à formação das Reservas no início do século XX; e Tempos Atuais, a partir da formação das Reservas.

O pesquisador terena Claudionor do Carmo Miranda corroborou com essa linha do tempo, atualizando-a a partir de experiências contemporâneas. Em sua dissertação *Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*, defendida em 2006 na UCDB, ele acrescenta o Tempo do Despertar. De acordo com o autor, essa fase é caracterizada pela “inserção dos ‘patrícios’ Terena nos espaços que antes não eram ocupados por eles, na economia regional, por exercerem cargos públicos ou serem profissionais liberais e pela presença dos jovens Terena nas universidades” (MIRANDA, 2006, p. 22).

Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro é uma tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2007, pelo pesquisador Andrey Cordeiro Ferreira. Seu enfoque principal situou-se nos primeiros anos do século XXI, na Terra Indígena Cachoeirinha, localizada no município de Miranda, MS.

Produzidas em outro contexto e também com abordagem interdisciplinar, destacam-se as pesquisas derivadas das perícias judiciais para reconhecimento ou ampliação de Terras Indígenas. Um dos exemplos é o livro *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra*

terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul, publicado em 2012. A obra é fruto de uma perícia judicial feita pelos pesquisadores Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira, em 2003, relativa à Terra Indígena Buriti. Uma das importantes contribuições foi o conceito de *troncos*:

Um grupo de parentes está articulado em torno da figura de um líder, geralmente um velho, um ancião identificado como um *tronco*. Caso esse velho venha a falecer, sua esposa pode assumir a posição de pessoa de referência para o grupo de parentes e, nesse caso, o *tronco* passa a ser uma mulher idosa. Ele também pode ser substituído por um irmão ou filho mais velho. O mais comum, entretanto, é que a referência seja não apenas o homem, mas o casal de velhos, devendo este casal reunir alguns atributos como a estabilidade conjugal, o conhecimento da tradição e a liderança reconhecida para unir os parentes, resolver problemas de convivência interna do grupo e dar conselhos para os mais jovens. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2012, p. 126).

Aprofundando a noção de *tronco*, Carolina Perine de Almeida defendeu, em 2013, a dissertação *Os troncos, suas raízes e sementes: dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena*, na Universidade de Brasília (UNB). O texto auxilia na compreensão das redes de relações estabelecidas pelos Terena. Nesse sentido, são analisadas as dinâmicas familiares e as interações entre parentes e não parentes. Embora seja um trabalho de Antropologia, traz um profícuo diálogo com a História. Aponta outras formas de conceber a temporalidade a partir da memória dos interlocutores que contribuíram com a pesquisa.

Importante citar também a obra *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, de autoria de Levi Marques Pereira, publicada em 2009. O texto aborda, entre outras questões, as noções de civilidade e etiqueta que compõem o *ethos* terena.

Nesse sentido, a historiografia a respeito dos Terena passou por significativas modificações. Esse novo contexto só pode ser compreendido ao lado das mudanças nas demais Ciências Humanas, por isso a inclusão neste artigo de trabalhos provenientes de outras áreas, mas cujas reflexões se fizeram por meio do diálogo com a História. Cabe ainda a ressalva de que este texto não teve a pretensão de enumerar todos os trabalhos acerca desse grupo étnico. Certamente outras obras significativas não foram contempladas e merecem a atenção e a análise de outros pesquisadores e estudiosos da trajetória dos Terena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia do século XIX e início do século XX, apoiada também por crônicas coloniais e pela literatura, construiu representações sobre os indígenas que foram incorporadas pelo senso comum e cristalizaram a imagem do *índio* como um ser genérico (ignorando as diversas etnias), idealizado, estático, representado de forma romanceada ou pejorativa.

No final do século XX, as diversas mudanças na historiografia e a interdisciplinaridade entre as várias Ciências Humanas possibilitaram uma nova abordagem sobre a temática indígena. Também contribuiu com essa nova perspectiva, a própria mobilização dos índios em virtude de suas demandas e a presença de intelectuais indígenas na Academia.

Os principais frutos dessa abordagem são o reconhecimento das especificidades e das historicidades dos povos indígenas e seu reconhecimento como sujeitos históricos plenos. Ou seja, os indígenas deixaram de ser vistos na História como objetos passivos das ações dos não índios.

A história indígena no Mato Grosso do Sul insere-se nesse contexto de mudanças, o que possibilitou novos debates acerca da história do estado e dos povos indígenas que a compõem. Os Terena já estavam presentes em textos de séculos anteriores, bem como em etnografias do início do século XX. Entretanto essa *nova história indígena* possibilitou outro olhar sobre esse povo, bem como uma releitura de textos mais antigos, evidenciando o protagonismo terena ao longo de sua história.

Não se trata de negar os processos de violência, imposição e esbulho, frutos da colonização que avançou sobre o território terena, mas de reconhecer as ações, as estratégias e as alternativas utilizadas por esses indígenas ao longo de toda sua trajetória histórica, incluindo as suas relações no contexto gerado pela colonização e depois pelas transformações do Estado brasileiro. Negar as ações terena, ou relegá-las a segundo plano, constitui-se contemporaneamente, como outro ato de violência, o de tirar-lhes o justo papel de sujeitos de sua história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Carolina Perine de. *Os troncos, suas raízes e sementes: dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena*. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

- AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Poké'ixa Úti*, o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local. 2014. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2014.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- AZANHA, Gilberto. As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005.
- BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A História do Povo Terena*. MEC: Brasília, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju*. Dourados: UFGD, 2012.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução de Leonor Martinho Simões. 3. ed. Lisboa: Sta. Maria da Feira, 1989.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- GARCIA, Adilso de Campos *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930)*. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2008.
- GRUPIONI, Luís Donizete B. *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC-SP, 1992.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos históricos: caminhos da historiografia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano (Org.). *História e linguagens: texto, oralidades e representações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da Proteção Fraternal do Brasil. In.: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1987.

LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

_____. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. 2001. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2001.

_____. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipegue no século XX*. 2009. 306f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Éder Alcântara. *História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *O desafio historiográfico*. São Paulo: FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai e suas interfaces: memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). In.: LA GUERRA DEL PARAGUAY: HISTORIOGRAFIAS, REPRESENTACIONES, CONTEXTOS. Buenos Aires, 3-5 nov. 2008. *Anais...* Buenos Aires: Museo Histórico Nacional, 2008.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1948. v. VI.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. 2003. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, 2003.

_____. *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. 2011. 188f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira; CASTRO, Iára Quelho de. Os pesquisadores de índios e os índios pesquisadores. *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n. 16, p. 1-22, 2013. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/article/view/282/276>. Acesso em: 20 jul. 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Antonio Paim (Org.). Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.